

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
DIRETORIA REGIONAL DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

JULIANA RAMOS BRUNO

**Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional em
Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins**

BRASÍLIA, JULHO DE 2008

JULIANA RAMOS BRUNO

Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades
Quilombolas do Estado do Tocantins

Monografia apresentada ao Programa de pós-Graduação em Saúde Coletiva da Diretoria Regional de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas de Alimentação e Nutrição.

Orientador: Professora Maria do Carmo Freitas

Brasília, 2008

Ficha catalográfica

B898e

Bruno, Juliana Ramos.

Educação popular e segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas do estado do Tocantins / Juliana Ramos Bruno; Orientador: Maria do Carmo Freitas – Brasília, 2008.

45 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)—Fundação Oswaldo Cruz, Direção Regional de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2008.

1. Grupos Étnicos. 2. Educação Alimentar e Nutricional. 3. Segurança Alimentar. I. Freitas, Maria do Carmo. II. Título.

CDD: 612.39

Ficha elaborada por Jaqueline Ferreira de Souza CRB 1/3225

JULIANA RAMOS BRUNO

Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades
Quilombolas do Estado do Tocantins

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Especialista em
Gestão de Políticas de Alimentação e Nutrição no Programa de Pós-graduação em
Saúde Coletiva da Diretoria Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz

Brasília, 22 de julho de 2008

Banca Examinadora

Prof. Maria do Carmo Soares Freitas
Universidade Federal da Bahia
Orientadora

Antonia Ângulo-Tuesta
Ministério da Saúde

Clarice Melamed
Fundação Oswaldo Cruz

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam que uma sociedade mais justa é possível e necessária!

"(...) meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. (...) Ninguém pode estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas (...). A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho."

Paulo Freire

Resumo

BRUNO, Juliana Ramos, Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas no Estado do Tocantins. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Diretoria Regional de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2008.

Os problemas de Insegurança Alimentar e Nutricional são conhecidos desde os primeiros anos da chegada dos europeus às terras brasileiras no final do século XV. Os nativos escravizados morriam de fome ao recusarem a viver nas condições de escravidão que ali se encontravam. A situação dos escravos libertos continuou precária, pois não havia políticas de inserção no mercado de trabalho e na vida social das cidades, fazendo que se refugassem em Quilombos afastados, dos quais muitos existem até os dias de hoje. No Tocantins são 15 Comunidade Quilombolas reconhecidas, das quais muitas vivem em condições precárias, sofrendo ainda grande preconceito e discriminação racial, acompanhadas de exclusão social, falta de cidadania e Insegurança Alimentar e Nutricional. Perante a situação apresentada o presente projeto propõe contribuir para a melhora nas condições de Segurança Alimentar e Nutricional das comunidades, através da realização de atividades de Educação Alimentar e Nutricional na luz da Educação Popular e Saúde, nas 15 Comunidades Quilombolas do Estado. A Educação Popular, é apresentada por Paulo Freire como a educação libertária, sendo discutida por diversos atores no campo da saúde, onde o processo de transmissão de conhecimento, amplamente utilizado por profissionais da área, dá lugar para a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social para a construção compartilhada do conhecimento e da organização política necessários à sua superação. Para tanto, será necessário um prévio conhecimento acerca das condições de SAN em cada uma das comunidades, onde será realizada uma pesquisa através de entrevistas com 10% das famílias cadastradas. Após a consolidação dos dados da pesquisa, haverá uma oficina de Planejamento com diversos líderes comunitários para que sejam planejadas as atividades educativas em alimentação e nutrição. Está prevista a realização de 4 oficinas educativas temáticas em cada comunidade, onde o tema a ser abordado dependerá do resultado da pesquisa e do acordo feito na oficina de planejamento.

Palavras chave: Educação Alimentar e Nutricional, Educação Popular e Saúde, Comunidades Quilombolas, Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

BRUNO, Juliana Ramos, Educação Popular e Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas no Estado do Tocantins. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Diretoria Regional de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2008.

The problems of Food and Nutrition Insecurity are known since the early years of the arrival of Europeans to land Brazilian at the end of the fifteenth century. The natives enslaved died from hunger by refusing to live in conditions of slavery that were there. The situation of the freed slaves remained precarious, because there was no policy of integration into the labour market and social life of cities, so that if refugiassem in Quilombo away, many of which exist to this day. In Tocantins are 15 Quilombolas Community recognized, many of whom live in precarious conditions, still suffering great prejudice and racial discrimination, accompanied by social exclusion, lack of citizenship and Food and Nutrition Insecurity. Given the situation presented this project proposes to contribute to the improvement in conditions Food and Nutritional Security communities by carrying out activities of Food and Nutrition Education in light of Popular Education and Health, in the 15 quilombolas of the state. The Popular Education, is presented by Paulo Freire as libertarian education, being discussed by various actors in the health field, where the process of transmitting knowledge, widely used by in the area professionals, giving rise to the expansion of areas of cultural interaction and negotiation between the various actors involved in a specific social problem for the construction of shared knowledge and political organization needed to themselves. This will require a prior knowledge about the conditions of SAN in each community where a search will be conducted through interviews with 10% of households registered. After the consolidation of the search data, there will be a workshop on Planning with several community leaders that are planned for the educational activities in food and nutrition. Provision is made of 4 thematic educational workshops in each community where the theme to be addressed will depend on the outcome of research and agreement made in the planning workshop.

Key Words: Food and Nutrition Education, Popular Education, Quilombolas Community, Food and Nutrition Security.

Lista de Quadros

Quadro 1 Relação das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins e caracterização demográfica de seus municípios.....	15
Quadro 2 Síntese das principais Tendências Pedagógicas.	26
Quadro 3 Cronograma de execução das atividades.....	37

Lista de abreviaturas e siglas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

POF – Pesquisa de Orçamento Familiar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS DA PROPOSTA.....	17
2.1 Objetivo geral	17
2.2 Objetivos específicos	17
3 JUSTIFICATIVA TÉCNICO CIENTÍFICA.....	19
4 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
4.1 Tendências pedagógicas.....	24
4.2 A Educação Popular e Saúde	26
5 METODOLOGIA	29
6. ASPECTOS ÉTICOS	34
7 ANÁLISE DE VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO	35
7.1 Descrição e Cálculo dos recursos	35
7.1.1 Recursos humanos	35
7.1.2 Recursos Materiais.....	35
7.2 Cálculo dos Obstáculos prováveis	35
7.3 Descrição dos elementos favoráveis.....	36
8 CRONOGRAMA	37
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE I TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO	41
APÊNDICE II ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS RESIDENTES .	43

Canto das Três Raças

CLARA NUNES

Ninguém ouviu um soluçar de dor

No canto do Brasil.

Um lamento triste sempre ecoou

Desde que o índio guerreiro

Foi pro cativo e de lá cantou.

*Negro entoou um canto de revolta pelos ares
No Quilombo dos Palmares, onde se refugiou.*

Fora a luta dos inconfidentes

Pela quebra das correntes.

Nada adiantou.

E de guerra em paz, de paz em guerra,

Todo o povo dessa terra

Quando pode cantar,

Canta de dor.

E ecoa noite e dia: é ensurdecedor.

Ai, mas que agonia

O canto do trabalhador...

Esse canto que devia ser um canto de alegria

Soa apenas como um soluçar de dor

1. INTRODUÇÃO

"Uma das causas da miséria é geral, ampla. Trata-se da relação, antiga e atual, entre a terra e a gente."

Galbraith

Os problemas de Insegurança Alimentar são conhecidos desde os primeiros anos da chegada dos europeus às terras brasileiras no final do século XV. Valente, (2002) aponta que os nativos escravizados morriam de fome ao recusarem a viver nas condições de escravidão que ali se encontravam.

A formação social no Brasil se mostra historicamente atrelada à concentração de renda e terra, onde se destacava a monocultura de cana instituída nos primeiros anos do século XVI, nas quais era utilizada mão-de-obra escrava, oriunda de nações africanas (Jejes, Obas, Iorubas, Nagô, Malê entre outras). O tráfico negreiro dava lucro direto à Coroa Portuguesa, esta que, já explora escravos negros há mais de cinquenta anos em Portugal e outras colônias (LINHARES E SILVA, 1979)

Nos fazendas de cana ou nas minas de ouro (séculos XVII a XIX), os escravos viviam em condições precárias, não sendo vistos como seres humanos pelos colonizadores. Trabalhavam de catorze a dezesseis horas diárias, recebiam apenas trapos de roupas, não recebiam alimentação adequada¹ e passavam as noites em senzalas acorrentadas para evitar fugas. Eram constantemente castigados, torturado fisicamente e psicologicamente. Os senhores e seus algozes buscavam destruir os valores do negro e forçá-lo a aceitar a servidão imposta pelos brancos (ALTAFIN & ROCHA, 2005; <<http://www.cedefes.org.br...>>).

A situação degradante que se encontravam, fazia com que muitos escravos se rebelassem contra o sistema colonial e o cativoiro formando territórios independentes onde liberdade e trabalhos constituíam símbolos de diferenciação do regime de adotado pela metrópole. Esses locais eram conhecidos como Quilombos, aldeamentos de negros fugidios dos latifúndios. (<http://www.palmares.gov.br...>)

¹ Altafin e Rocha, destacam que os latifundiários, além de não fornecer uma alimentação variada, ainda desrespeitavam duas normas imposta pela Coroa Portuguesa: a provisão de 24 de abril de 1642 que determinava o plantio de mandioca em área equivalente à destinada às culturas de exportação e o Alvará de 25 de fevereiro de 1688 que estabelecia o plantio de 500 covas de mandioca para cada escravo de serviço. Essas normas prosseguiram por todo o século XVIII.

Antevendo o fim da escravatura, em 1850² a Coroa Portuguesa instituiu a “primeira Lei de Terras”³ que estabelecia moldes da constituição sobre a propriedade privada da terra. Esta lei fixava o preço-terra – suficientemente alto -, tornando apto possuir a propriedade de terra apenas àqueles que legalizassem suas propriedades através do pagamento em dinheiro à Coroa, fazendo com que o latifúndio se consolidasse como estrutura básica da distribuição de terras no país (STÉDILE, 1997; MARTINS, 1986).

Chega-se ao final do século XIX, com a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, e o país presenciava mais uma transformação nas bases da ordem social. O monopólio sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio da classe dominante sobre a terra, que determinava quem e o que deveria ser explorado (SERRA, 2003).

A atitude da Coroa Brasileira em legislar sobre a terra manteve a fome e a exclusão social, uma vez que, pobres e escravos libertos foram impossibilitados de se tornarem proprietários por não possuírem recursos financeiros (VALENTE, 2002).

As medidas administrativas reforçavam as características deficitárias da estrutura de produção e abastecimento de alimentos, fazendo com que a fome e a exclusão social fosse estendida pelo Brasil Colonial e Imperial, prosseguindo por toda a República Velha e pelo Estado Novo, nas áreas rurais e nas periferias das grandes cidades (SILVA, 2001; MIRANDA, 2005).

A situação dos escravos libertos era ainda pior, pois além de não existir uma política de inserção no mercado voltado a esse grupo populacional, ainda presenciavam a discriminação racial nas cidades, fazendo com que muitos se refugassem em antigos Quilombos afastados, passando a ser conhecidos como quilombolas.

Nos dias atuais, com a visibilidade dos movimentos sociais, os quilombolas são reconhecidos como parte de um conjunto de outros segmentos populacionais junto às populações tradicionais: nações indígenas, reservas extrativistas, vilas, povoados, pescadores, ribeirinhos, agricultores familiares, trabalhadores e

² José de Sousa Martins descreve em seu livro: *Os camponeses e a política no Brasil*, que em decorrência das pressões do governo inglês para o fim da escravatura, o Estado - controlado por fortes latifundiários - temendo a libertação dos escravos e a possível ocupação futura de terras por eles, criou a Lei de Terras, para evitar a perda da mão-de-obra.

³ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, regulamentada em 1854.

trabalhadoras rurais assalariados(as) e aqueles(as) em regime de trabalho temporário, trabalhadores(as) rurais assentados(as), e trabalhadores(as) que moram nas periferias das cidades, mas que trabalham no campo; compreendendo a chamada população do campo, que se caracteriza por contemplar especificidades culturais, raciais, regionais, entre outras, representando a heterogeneidade social que caracteriza o país, estendendo-se por todo o território brasileiro. (CGPAN, 2004; ARROYO, CALDART, MÔLINA, 2004)

Apesar de tamanha pluralidade, a população do campo possui algumas características similares, descritas por Esteves (2002) como: a marginalização, a retirada de seus direitos como cidadãos e a privação de condições de suprir as necessidades básicas de sobrevivência humana. Dentre tais necessidades, talvez a mais contundente seja a irregularidade de acesso a um padrão de consumo alimentar adequado que possibilite uma situação nutricional que garanta condições mínimas no processo de manutenção da força de trabalho, além de um bom padrão de qualidade de vida.

Esteves (2002: 22), afirma ainda que “a exclusão é um processo múltiplo de apartação de grupos de sujeitos, presente e combinado nas relações econômicas, sociais, culturais e políticas, cujo resultado é a pobreza, a discriminação, a não acessibilidade ao mundo do trabalho e do consumo, e a não representação social e pública”.

As comunidades remanescentes de quilombos ainda são pouco conhecidas por grande parte dos brasileiros. Entretanto, um levantamento feito pela Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, aponta a existência de aproximadamente 1171 comunidades quilombolas cadastradas vivendo em quase todos os Estados do país. Ocupam cerca de trinta milhões de hectares, com uma população estimada em dois milhões de pessoas. (<<http://www.palmares.gov.br...>>)

De acordo com o Decreto nº 4.887/2003:

“são considerados remanescentes das comunidades de quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica sofrida dos negros brasileiros”.

No Estado do Tocantins já foram reconhecidas 15 comunidades Quilombolas, das quais 13, apesar de haver mais de um século de existência, o reconhecimento ocorreu apenas em janeiro de 2006.

Apesar da Constituição Brasileira de 1988 reconhecer às comunidades remanescentes de Quilombos o direito à propriedade de suas terras e o Decreto 4887/03 garantir além da posse da terra, o acesso à serviços básicos como saúde, educação e saneamento, grande parte das comunidades quilombolas do estado do Tocantins caracterizam-se em sua maioria como grupamentos sociais vulneráveis à falta de alimentos, uma vez que não dispõem de renda para adquiri-los ou não têm acesso aos bens de produção necessários.

As comunidades quilombolas do Estado, também se caracterizam por terem precárias condições de acesso aos serviços públicos básicos, uma vez que muitos dos municípios dessas comunidades estão entre os mais pobres do Estado, com exceção de Natividade, Arraias e Santa Fé do Araguaia. O quadro 1 mostra a relação das comunidades já reconhecidas pelo Governo Federal e a caracterização demográfica dos municípios aos quais pertencem.

Segundo relatório produzido pela Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, as comunidades caracterizam-se, em sua maioria, por serem de predominância negra, estão localizadas na área rural, dispersas ou em vilas, com atividades sócio-econômicas que integram a agricultura de subsistência, atividades extrativas, pesca, caça, pecuária (porco e gado), artesanato, tendo a maioria delas a produção de farinha de mandioca como atividade principal. (TOCANTINS, 2007)

Outra realidade levantada durante o “I Seminário Estadual de Segurança Alimentar da População Indígena, Negra e Quilombola do Tocantins”⁴, é pequena a capacidade de organização política e desconhecimento das formas de acesso aos programas governamentais, sofrendo ainda grande preconceito e discriminação racial, acompanhadas de exclusão social e falta de acesso à cidadania (TOCANTINS, 2007).

São desconhecidas as doenças prevalentes na população quilombola do Estado, acompanhado pela precariedade dos serviços de saúde voltados

⁴ O I Seminário Estadual de Segurança Alimentar da População Indígena, Negra e Quilombola do Tocantins ocorreu em 2007, como preparativo para a II Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Tocantins.

especificamente às comunidades, principalmente a promoção de saúde e alimentação.

Quadro 1 Relação das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins e caracterização demográfica de seus municípios.

Comunidade	Município	População Municipal	Densidade Demográfica	Nº de Famílias da comunidade**	Nº de Pessoas da Comunidade**	IDH M (PNUD, 2000)	% pobres (PNUD, 2000)
Mumbuca	Mateiros	1646	0,3	42	150	0,584	80,80
São Joaquim	Porto Alegre do Tocantins	2393	5,0	70	240	0,654	71,09
Laginha	Porto Alegre do Tocantins	2393	5,0	25	150	0,654	71,09
Cocalinho	Santa Fé do Araguaia	5507	3,3	150	400	0,657	60,44
Redenção	Natividade	8867	2,8	22	76	0,669	55,51
Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré	4877	2,8	30	150	0,673	64,55
Malhadinha	Brejinho de Nazaré	4877	2,8	60	300	0,673	64,55
Mimoso	Arraias	10984	2,0	225	1122	0,685	61,44
Lagoa da Pedra	Arraias	10984	2,0	33	155	0,685	61,44
São João	Santa Rosa	4681	2,3	60	270	0,652	71,90
São José	Chapada da Natividade	3716	1,9	35	80	0,649	69,90
Barra da Aroeira	Santa Teresa	2424	3,9	57	356	0,668	69,10
Comunidade do Prata	São Félix	1595	0,7	68	210	0,611	78,40
Chapada da Natividade	Chapada da Natividade	3716	1,9	80	360	0,649	69,90
Total				957	4019		

Fonte:

* IBGE,

** Dados apresentados pela Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça do Tocantins, 2007.

***PNUD, 2000

Em 2006, foi realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a Chamada Nutricional Quilombola em 60 comunidades distribuídas em 22 estados do país. No Tocantins, a pesquisa foi realizada em duas comunidades, São João e Barra da Aroeira. Os resultados mostraram um elevado índice de déficits de crescimento (baixa altura para a idade), em 11,6% das crianças.

Esse dado mostra que as crianças não tiveram condições adequadas de crescimento e desenvolvimento no primeiro ano de vida (BRASIL, 2006).

De acordo com o relatório do MDS, fica claro que as crianças quilombolas formam um grupo com altos riscos de desnutrição, "igualando-se às crianças do Nordeste urbano de uma década atrás" (BRASIL, 2006).

Apesar da deficiência em estudos da situação de saúde e alimentar das comunidades no Estado, durante o "I Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional das populações Indígenas, Negras e Quilombolas do Tocantins", os delegados representantes de Comunidades Quilombolas do Estado, respaldaram os resultados da Chamada Nutricional Quilombola informando que há uma elevada prevalência da má alimentação nas comunidades, indicando ainda que este fato está ligado principalmente à falta de informação.

Para Canesqui (1976) apud Esteves (2002) "a alimentação, como atitude vital é imprescindível à sobrevivência humana, sendo parte integrante das condições de existência de uma população, relacionando-se às condições e oportunidades de participação numa dada ordem econômica".

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006), entende-se por segurança alimentar e nutricional (SAN):

"o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentável" (BRASIL, 2006)

Neste sentido, pode-se dizer, apesar dos poucos estudos realizados, que as comunidades quilombolas estão longe do domínio da SAN.

2 OBJETIVOS DA PROPOSTA

O presente estudo tem por objetivos:

2.1 Objetivo geral

Promover a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias residentes nas 15 Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins através da Educação Alimentar e Nutricional.

2.2 Objetivos específicos

- Fazer um levantamento dos hábitos alimentares das Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins, com seus símbolos e significados presentes;
- Realizar atividades de educação alimentar e nutricional, pautada na Educação Popular e Saúde;
- Resgatar/Valorizar a cultura alimentar das comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins;
- Incentivar hábitos alimentares e de vida saudáveis.

João Boa-Morte
Cabra marcado para morrer

(fragmentos)
Ferreira Gullar

*Mas João nada sabia
no desespero que estava,
andando aquele caminho
onde ninguém o queria.*

*João pensava
que se encontrava sozinho
que sozinho morreria.*

*Sozinho com cinco filhos
e sua pobre Maria
em cujos olhos o brilho
da morte se refletia.*

*Já não havia esperança,
iam sucumbir de fome
ele, Maria e as crianças.*

*Naquela terra querida,
que era sua e que não era,
onde sonhara com a vida
mas nunca viver pudera,
ia morrer sem comida*

*aquele de cuja lida
tanta comida nascera*

*Aquele de cuja mão
tanta semente brotara
que, filho daquele chão,
aquele chão fecundara,*

*e assim se fizera homem
para agora, como um cão,
morrer, com os filhos, de fome.*

*E assim, foi que Boa-Morte,
quando chegou a Sapê,
desiludido da sorte,
certo que naquele dia
antes da aurora nascer
os seus filhos mataria
e mataria sua mulher,
depois se suicidaria
para acabar de sofrer.*

*Tomara essa decisão
sentiu que uma paz sofrida
brotava em seu coração.*

*Era uma planta perdida,
uma flor de maldição
nascendo de sua mão
que sempre plantara a vida.*

Seus olhos se encheram d'água.

Nada podia fazer.

*Para viver na mágoa,
mágoa menor é morrer.*

*Que sentido tem a vida
pra quem não pode viver?*

3 JUSTIFICATIVA TÉCNICO CIENTÍFICA

"Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo".

Paulo Freire

Durante muitos anos, a educação alimentar e nutricional consistia basicamente em orientações oferecidas nos centros de saúde e serviços de extensão, sendo pautada apenas através da transmissão de conhecimentos. Os conteúdos selecionados pelo educador, muitas vezes se concentravam na descrição dos nutrientes, sem contar com uma análise da problemática da comunidade e que englobasse seu contexto psicossocial, cultural e econômico. (BOOG, 2004)

Este processo de educação com ausência de questões históricas e sociais leva a comunidade a assumir uma atitude passiva no processo de ensino-aprendizagem, ignorando o sentido ativo que deve caracterizar o procedimento de apreensão de mundo, por parte tanto dos educadores como dos educandos. Também, menciona-se neste enfoque tradicional, uma análise limitada e reducionista das causas da má nutrição.

Neste sentido, o processo de Educação Alimentar e Nutricional para ser efetivo deve ser pautado inicialmente em uma análise da situação alimentar e nutricional da comunidade em questão, sobre as quais se pode focalizar a intervenção nutricional, sendo necessário estudar cuidadosamente os fatores que influem sobre as condutas e as práticas ou hábitos alimentares em que se deseja intervir.

Perante a situação de Insegurança Alimentar em que se encontram as comunidades quilombolas a educação alimentar e nutricional, na ótica apresentada acima, se torna um importante instrumento na promoção da segurança alimentar e nutricional, tendo entre os principais objetivos apoderar a população para que faça, dentro dos recursos e possibilidades disponíveis, o melhor uso dos alimentos e obtenção da alimentação adequada para que lhe permita manter bons níveis de nutrição, saúde e bem estar.

Para a gestão pública, incentivar as ações de educação alimentar e nutricional e de educação popular e saúde, que envolvem tecnologias leves, de

baixo custo, amplia a participação popular no cotidiano dos serviços, fazendo com que os mesmos, atuem de forma mais efetiva e focal às reais necessidades da população envolvida.

Sol de Primavera

Beto Guedes

*Quando entrar setembro
e a boa nova andar nos campos*

*Quero ver brotar o perdão
onde a gente plantou juntos outra vez*

*Já sonhamos juntos
semeando as canções no vento*

*Quero ver crescer nossa voz
no que falta sonhar*

*Já choramos muito,
muitos se perderam no caminho*

*Mesmo assim não custa inventar
uma nova canção que venha nos trazer*

Sol de primavera abre as janelas do meu peito

*a lição sabemos de cor
só nos resta aprender...*

4 REFERENCIAL TEÓRICO

"Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais".

Paulo Freire

A alimentação humana por muito tempo foi concebida apenas pelo seu aspecto biológico. Essa abordagem negligencia a compreensão antropológica e social do alimento. Como cita Woortmann (1978: 04) "O alimento é algo representado, isto é, apreendido cognitivamente e ideologicamente. [...] comer não satisfaz apenas as necessidades biológicas, mas também preenche funções simbólicas e sociais".

Segundo Boog (2004), a alimentação humana é um fenômeno rico e instigante, portanto o seu estudo deve ser situado no âmbito da cultura e da ecologia, sendo preciso para tanto, a compreensão sobre a multidimensionalidade da alimentação humana.

No Brasil, a alimentação tem suas peculiaridades e complexidade em cada região. Está permeada de superstições, tabus e hábitos alimentares⁵ de diferentes origens, destacando-se as de origem negra, indígena e européia, as quais colorem um tom diferente sob os aspectos múltiplos das variantes regionais. (HARRIS, 1978; BAKES-CLEMENT, 1998).

Atualmente o interesse pelo estudo dos padrões alimentares, evidencia uma relação estreita entre alimentação e saúde. Essa relação é influenciada paradoxalmente, por graves problemas seja da fome e da desnutrição, causados pela falta de acesso ao alimento, em contraposição às doenças causadas por excesso de alimentos e pelas más escolhas alimentares (BRASIL, 1999).

Pesquisas sobre hábitos alimentares do brasileiro apontam o baixo consumo de hortaliças e frutas e a ingestão insuficiente de cálcio, vitamina A, ferro e

⁵ Os hábitos alimentares são as formas como os indivíduos ou grupos selecionam, consomem e utilizam os alimentos disponíveis, incluindo os sistemas de produção, armazenamento, elaboração, distribuição e consumo de alimentos. Sichieri (1998) ressalta que "os hábitos alimentares se modificam, e muito rapidamente. A mídia os constrói e os substitui."

vitamina C, contrapondo o elevado consumo de alimentos considerados supérfluos, como aqueles de baixo valor nutricional que são ingeridos mais pelo prazer que proporcionam e não para nutrir o corpo (RAMALHO *et al*, 2000).

As Pesquisas de Orçamento Familiar (POF) constituem fonte valiosa para obtenção de indicadores do consumo alimentar de um país. A POF brasileira realizada em 2002-2003 aponta padrões de consumo opostos ao rendimento familiar, o consumo de açúcar, por exemplo, na classe de maiores rendimentos foi 50% inferior ao observado na classe de menores rendimentos (LEVY-COSTA *et al*, 2005). Ainda segundo os mesmos autores:

“A evolução dos padrões de consumo alimentar nas últimas três décadas, passível de estudo apenas nas áreas metropolitanas do Brasil, evidenciou declínio no consumo de alimentos básicos e tradicionais da dieta do brasileiro, como o arroz e o feijão. Houve aumentos de até 400% no consumo de produtos industrializados, como biscoitos e refrigerantes, persistência do consumo excessivo de açúcar e insuficiente de frutas e hortaliças e aumento sistemático no teor da dieta em gorduras em geral e em gorduras saturadas” (LEVY-COSTA *et al*, 2005: pág. 538).

A industrialização e a intensa urbanização que o país se deparou ao longo dos últimos anos trouxeram além do aumento da ingestão de calorias a diminuição da atividade física, estabelecendo o princípio do sobrepeso, ou seja, maior ingestão calórica e menor gasto energético com acúmulo de gordura (TARDIDO; FALCÃO, 2006).

O padrão alimentar ocidental é justificado pelo estilo de vida agitado, e pelo *status* que esses alimentos impõem na sociedade moderna. O crescimento do setor de *fast foods* e *junk foods*, caracteriza essa modernidade. Segundo ORTIGOZA (1997: pág. 6-7), impõem um “comer formatado”, pois o “estilo de comer passa a ser uma opção imposta pelo próprio modo de vida, pela sua adequação e comodidade”.

Quando tratamos de comunidades tradicionais, como as comunidades quilombolas, esta mudança no padrão alimentar da sociedade brasileira acarreta ainda mais conseqüências, pois gera um descompasso ainda maior nas formas tradicionais de viver e de se alimentar dos povos e comunidades tradicionais, dificultando ainda mais o acesso das comunidades a um padrão de vida dito como ideal no modelo da sociedade urbana industrial, desencadeando um desapego às

tradições da comunidade, para que seja possível alcançar o *status* imposto pela globalização capitalista em que vive o país.

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional de 15 de setembro de 2006, em seu artigo 3º:

“A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

A educação alimentar e nutricional⁶, assume então um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, tendo entre os seus principais objetivos auxiliar indivíduos a estabelecer práticas e hábitos alimentares adequados às suas necessidades nutricionais de acordo com os recursos alimentares locais, hábitos alimentares, condição sócio econômico, cultural, antropológica, psicológica e outras. Torna-se um elemento fundamental, pois está lidando com todo o universo de interações e significados que compõe o fenômeno do comportamento alimentar e desempenha um papel importante também em relação à promoção de hábitos alimentares saudáveis, permitindo manter bons níveis de nutrição, saúde e bem estar. (CERQUEIRA, 1985)

4.1 Tendências pedagógicas

Uma vez apresentada a importância da educação nos hábitos alimentares saudáveis, torna-se necessária a discussão sobre as concepções de práticas educativas, norteadas pelas tendências pedagógicas, forma pela qual é compreendido o processo de ensino-aprendizagem (PEREIRA, 2003).

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC, 1997), são dominantes no sistema educacional brasileiro: a tendência pedagógica tradicional, a renovada, a tecnicista e aquelas marcadas centralmente por preocupações sociais e políticas.

⁶ Contento *et al* (1995, *apud* CERVATO, 2005: 43), definem a educação nutricional como qualquer experiência de ensino desenvolvida para facilitar a adoção voluntária de comportamento alimentar ou outro relacionado à nutrição, com a finalidade de conduzir à situação de saúde e bem-estar.

Tais tendências referem-se à forma predominante pela qual se efetua o processo educativo, muitas vezes os instrutores de um mesmo cenário educativo podem utilizar processos pedagógicos diferentes e, portanto, haver uma mescla de tendências utilizadas (PEREIRA, 2003).

A caracterização das tendências se dão de acordo com os papéis que ela assume. Dentre eles destacamos o papel da escola, conteúdos de ensino, métodos de ensino, relação professor-aluno e pressupostos da aprendizagem.

As tendências são agrupadas em dois grandes grupos: a Pedagogia Liberal e a Pedagogia Progressista.

Na Pedagogia liberal, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes. Tem um caráter ora mais conservador, ora um mais renovado, mas sempre tendo como objetivo preparar os alunos para desempenharem papéis sociais de acordo com as suas aptidões individuais. (LIBÂNEO, 1992)

Ainda segundo LIBÂNEO (1992: 21)

“O termo **liberal** não tem o sentido de ‘avançado’, ‘democrático’, ‘aberto’, como costuma ser usado. A doutrina liberal apareceu como justificação do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes.”

Na Pedagogia Progressista, estão as tendências que analisam, criticam e discutem os aspectos sóciopolíticos e econômicos da sociedade e realidade em que vivemos. Fato que leva estas tendências a serem utilizadas mais na educação informal do que na formal.

Segundo Libâneo (1992: 32) “o termo ‘progressista’ [...] é usado aqui para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sóciopolíticas da educação”

O Quadro 2 apresenta a síntese das principais tendências.

Quadro 2 Síntese das principais Tendências Pedagógicas.

NOME DA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA	PAPEL DA ESCOLA	CONTEÚDOS	MÉTODOS	PROFESSOR X ALUNO	APRENDIZAGEM	MANIFESTAÇÕES
Pedagogia Liberal Tradicional.	Preparação intelectual e moral dos alunos para assumir seu papel na sociedade.	São conhecimento e valores sociais acumulados através dos tempos e repassados aos alunos como verdades absolutas.	Exposição e demonstração conceitos da matéria e / ou por meios de modelos.	Autoridade do professor que exige atitude receptiva do aluno.	A aprendizagem é receptiva e mecânica, sem se considerar as características próprias de cada idade.	Nas escolas que adotam filosofias humanistas clássicas ou científicas.
Tendência Liberal Renovadora Progressiva.	A escola deve adequar as necessidades individuais ao meio social.	Os conteúdos são estabelecidos a partir das experiências vividas pelos alunos frente às situações problemas.	Por meio de experiências, pesquisas e método de solução de problemas.	O professor é auxiliador no desenvolvimento livre da criança.	É baseada na motivação e na estimulação de problemas.	Montessori Decroly Dewey Piaget Lauro de oliveira Lima
Tendência Liberal Renovadora não-diretiva (Escola Nova)	Formação de atitudes.	Baseia-se na busca dos conhecimentos pelos próprios alunos.	Método baseado na facilitação da aprendizagem.	Educação centralizada no aluno e o professor é quem garantirá um relacionamento de respeito.	Aprender é modificar as percepções da realidade.	Carl Rogers, "Sumernerhill" escola de A. Neill.
Tendência Liberal Tecnicista.	É modeladora do comportamento humano através de técnicas específicas.	São informações ordenadas numa seqüência lógica e psicológica.	Procedimentos e técnicas para a transmissão e recepção de informações.	Relação objetiva onde o professor transmite informações e o aluno vai fixá-las.	Aprendizagem baseada no desempenho.	Leis 5.540/68 e 5.692/71.
Tendência Progressista Libertadora	Não atua em escolas, porém visa levar professores e alunos a atingir um nível de consciência da realidade em que vivem na busca da transformação social.	Temas geradores.	Grupos de discussão.	A relação é de igual para igual, horizontalmente.	Resolução da situação problema.	Paulo Freire.
Tendência Progressista Libertária.	Transformação da personalidade num sentido libertário e de auto-gestão.	As matérias são colocadas mas não exigidas.	Vivência grupal na forma de auto-gestão.	É não diretiva, o professor é orientador e os alunos livres.	Aprendizagem informal, via grupo.	C. Freinet Miguel Gonzales Arroyo.
Tendência Progressista "crítico social dos conteúdos ou "histórico-crítica"	Difusão dos conteúdos.	Conteúdos culturais universais que são incorporados pela humanidade frente à realidade social.	O método parte de uma relação direta da experiência do aluno confrontada com o saber sistematizado.	Papel do aluno como participador e do professor como mediador entre o saber e o aluno.	Baseadas nas estruturas cognitivas já estruturadas nos alunos.	Makarenko B. Charlot Suchodoski Manacorda G. Snyders Demerval Saviani.

Fonte: Libâneo, 1992.

4.2 A Educação Popular e Saúde

“Chega de fazer para os empobrecidos. Chegou a hora de fazer a partir deles e com eles. Essa é a novidade que você traz na esteira de Paulo Freire e da Igreja da Libertação.”

Leonardo Boff
(carta aberta ao presidente Lula, após a sua eleição)

Educação X Saúde, Campos institucionais, como é difundido a educação popular, necessidade de ampliação das ações em educação em saúde.

“Tradicionalmente, a educação e saúde é entendida como um conjunto de informações que as pessoas devem incorporar com a finalidade de garantir que sua vida seja mantida em condições saudáveis” (VALLA *et al*, 2007: 58). É uma das atividades mais antigas desenvolvidas no campo da saúde, e segundo Valla (2007) pode-se dizer que “foi uma invenção dos grupos hegemônicos a ser implementada como forma de controlar os pobres ou subalternos, ou seja, os escravos durante o Império e as classes populares na República”, fazendo-a representar tradicional e historicamente um movimento vertical, dos dominantes para os dominados até a década de 1970.

Segundo Vasconcelos (2007), o governo militar a partir de 1964, criou contraditoriamente condições para a emergência de experiências no campo da educação e saúde, uma vez que com os partidos e sindicatos esvaziados pela repressão ditatorial, a população buscava novas formas de resistência, representando uma quebra do processo pedagógico tradicional vivenciado até então.

Paulo Freire, com seu método da Educação libertária, se constitui como um norteador da relação entre os intelectuais e as camadas populares. O setor saúde, junto aos movimentos sociais nos anos 70 apresentam diversas experiências nesse processo, onde profissionais de saúde se relacionam horizontalmente com grupos populares, nascendo assim a Educação Popular e Saúde (VASCONCELOS, 2007).

Vasconcelos (2007: 21) aponta que

“um elemento fundamental do seu método é o fato de tomar, como ponto de partida do processo pedagógico, o saber anterior do educando. No trabalho, na vida social e na luta pela sobrevivência e pela transformação da realidade, as pessoas vão adquirindo um entendimento sobre a sua inserção na sociedade e na natureza. Este conhecimento fragmentado e pouco elaborado é a matéria prima da Educação Popular. Esta valorização do saber e valores do educando permite que ele se sinta "em casa" e mantenha a sua iniciativa. Neste sentido não se reproduz a passividade usual dos processos pedagógicos tradicionais. Na Educação Popular não basta que o conteúdo discutido seja revolucionário se o processo de discussão se mantém de cima para baixo.”

Neste sentido, o processo de transmissão de conhecimento, dá lugar para a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social para a construção compartilhada do

conhecimento e da organização política necessários à sua superação. (VASCONCELOS, 2007)

No campo da nutrição, esse método inova, uma vez que ao invés de procurar difundir conceitos e comportamentos considerados corretos, linha amplamente utilizada por profissionais da área, conhecida o corretismo alimentar, procura problematizar, em uma discussão aberta, o que está incomodando e oprimindo determinado grupamento social.

Pedrosa (2007), aponta que partindo da problematização da realidade como referência para o processo educativo em saúde, a Educação Popular transforma-se em um dispositivo de crítica social e das situações vivenciadas por indivíduos e grupos sociais, permitindo uma melhor observação dos fragmentos anteriormente invisíveis, favorecendo atos ativos de mudança social.

.

5 METODOLOGIA

“O pobre não é pobre, é um empobrecido. Não é um faminto por destino ou natureza, tiram-lhe o pão e por isso está passando fome. Há gente por trás disso, há mecanismos e estruturas responsáveis. É preciso conhecer as causas da fome”

D. Cláudio Humes

O processo de Educação Alimentar e Nutricional para ser efetivo deve ser pautado inicialmente em uma análise da situação alimentar e nutricional da comunidade em questão, sobre as quais se pode focalizar a intervenção nutricional, sendo necessário estudar cuidadosamente os fatores que influem sobre as condutas e as práticas ou hábitos alimentares em que se deseja intervir.

O levantamento de dados para a construção de indicadores que possam trazer informações relevantes na área da alimentação e nutrição é de fundamental importância. No entanto, há uma grande carência de estudos realizados no sentido de investigar a situação nutricional de comunidades com características socioculturais peculiares, como é o caso das comunidades Quilombolas.

Diante do exposto, o presente trabalho englobará atividades de pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional em uma primeira etapa e, após atividades de educação alimentar e nutricional, baseada nos princípios da educação popular, em 15 comunidades quilombolas pertencentes ao estado do Tocantins, sendo elas: Comunidade Cocalinho (Município de Santa Fé do Araguaia – IDH: 0,657), Comunidade Córrego Fundo (Município de Brejinho de Nazaré – IDH: 0,673), Comunidade Mumbuca (Município de Mateiros – IDH: 0,584), Comunidade Mimoso (Município de Arraias – IDH: 0,685), Comunidade Laginha (Município de Porto Alegre do Tocantins – IDH: 0,654), Comunidade Redenção (Município de Natividade – IDH: 0,669), Comunidade Malhadinha (Município de Brejinho de Nazaré – IDH: 0,673), Comunidade Lagoa da Pedra (Município de Arraias – IDH: 0,685), Comunidade São João (Município de Santa Rosa – IDH: 0,653) Comunidade São José (Município de Chapada da Natividade – IDH: 0,649) Comunidade Barra da Aroeira (Município de Santa Teresa – IDH: 0,688) Comunidade do Prata (Município de São Félix – IDH: 0,611) Comunidade Chapada da Natividade (Município de

Chapada da Natividade– IDH: 0,649) e Comunidade São Joaquim (Município de Porto Alegre do Tocantins – IDH: 0,654).

PRIMEIRA ETAPA

A etapa correspondente à pesquisa em SAN será desenvolvida com uma amostra populacional, selecionada a partir de um sorteio simples, que corresponderá às famílias cadastradas na Secretaria de Cidadania e Justiça, como pertencentes àquela dada comunidade.

É importante identificar que esta etapa se trata de um estudo cuja unidade amostral é a família, entendendo a família como instância privilegiada de análise do ponto de vista da captação dos mecanismos responsáveis pela reprodução da ordem social, se compondo, o centro de análise do estudo.

Quanto ao tamanho da amostra, Deslandes, (1994: 43) apud Siqueira (2003) acredita que a pesquisa qualitativa não está baseada no critério numérico para garantir sua representatividade, já que uma amostragem considerada adequada é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema a ser investigado em suas múltiplas dimensões, uma vez que segundo Minayo (1992: 11) apud Costa (2005) a pesquisa qualitativa se preocupa em conseguir “*explicar os meandros das relações sociais consideradas essência e resultado da atividade humana criadora, afetiva e racional, que pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência, e da explicação do senso comum*”.

Pelo tamanho da população pesquisada, que superam a capacidade de entrevista e tratamento da informação, decidiu-se por fixar um tamanho de amostra correspondente à cerca de 10% do número de famílias em cada comunidade, garantindo que em cada uma delas tenha pelo menos uma família participante da pesquisa.

O trabalho de pesquisa de campo será realizado com um membro de cada uma das famílias sorteadas com o acompanhamento de uma liderança comunitária. As famílias serão procuradas em suas residências e a participação no projeto será solicitada a algum membro adulto da família através da obtenção de informações sobre seu grupo familiar, enfatizando a importância do desenvolvimento do questionário ser com uma pessoa que esteja habilitada a responder às questões

inerentes a todos os membros da família. Antes do início da entrevista será apresentado ao participante um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE 1) para realização da pesquisa, que será assinado pelo participante ou capturado uma impressão dactiloscópica, no caso do mesmo ser analfabeto. Só serão entrevistados aqueles que cumpriram esta formalidade. As entrevistas serão feitas através de um roteiro previamente definido.

O questionário (APÊNDICE II) conterá informações relativas à Segurança Alimentar e Nutricional das famílias e da Comunidade, que dêem subsídios para a elaboração das atividades educativas na segunda etapa.

SEGUNDA ETAPA

A participação da população nos esforços para resolver os problemas que lhes afetam é particularmente importante em educação nutricional, uma vez que seu objetivo é modificar condutas indesejáveis, que podem estar profundamente arraigadas no contexto social e cultural dos interessados.

Durante esta etapa serão realizadas oficinas de planejamento educativo junto à comunidade, com a participação de cerca de 30 agentes sociais em cada uma delas, destacando a participação dos líderes comunitários, dos agentes comunitários de saúde, professores, merendeiras, profissionais que atuam na comunidade entre outros.

Durante as Oficinas de Planejamento serão apresentados conceitos de Segurança/Insegurança Alimentar e Nutricional, o papel da Educação Alimentar e Nutricional e os dados obtidos no levantamento do Diagnóstico em Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade, e após, definir, através do uso de metodologias participativas, as ações educativas junto à comunidade.

As oficinas listadas abaixo entrarão como sugestões, podendo ser modificadas de acordo com o interesse e a necessidade da Comunidade e terão como base a educação popular e saúde, buscando sempre valorizar e resgatar o conhecimento popular acerca dos temas trabalhados.

-  **Oficinas de Alimentos Regionais, com 16 H/A em cada uma das comunidades.**

O objetivo da oficina é orientar sobre a importância do consumo de alimentos regionais, com o enfoque na sustentabilidade ambiental, com o claro incentivo ao consumo de alimentos nas formas mais naturais e produzidos localmente e à valorização dos alimentos regionais e da produção familiar. Além de estimular mudanças nos hábitos alimentares para a redução do risco de ocorrência de doenças, valoriza a produção e o processamento de alimentos com o uso de recursos e tecnologias ambientalmente sustentáveis.

A metodologia utilizada será a educação problematizadora e participativa, resgatando sempre que necessário o diagnóstico previamente levantado e os conhecimentos locais.

 **Oficinas de Hábitos Alimentares Culturais, com 16 H/A em cada uma das comunidades.**

O objetivo da oficina é orientar sobre a importância da preservação dos hábitos alimentares culturais da comunidade, valorizando aqueles considerados saudáveis, tendo como enfoque prioritário o consumo de alimentos *in natura*, produzidos em nível local, culturalmente referenciados e de elevado valor nutritivo.

A metodologia utilizada será a educação problematizadora e participativa, resgatando sempre que necessário o diagnóstico previamente levantado e os conhecimentos locais.

 **Oficinas Práticas de Alimentação Saudável, com 24 H/A em cada uma das comunidades**

A oficina prática tem por objetivo demonstrar como a alimentação saudável pode ser também saborosa.

Esta oficina será dividida em uma parte teórica, onde será abordado os seguintes conteúdos: Alimentação Saudável, Pirâmide Alimentar Regional, Importância do Aproveitamento Integral dos Alimentos e Boas Práticas de Manipulação de Alimentos; e uma parte prática, onde serão desenvolvidas receitas

utilizando integralmente os alimentos regionais, com os recursos disponíveis no local.

6. ASPECTOS ÉTICOS

O presente projeto, está dentro das exigências da Comissão Nacional de Ética e Pesquisas do Conselho Nacional de Saúde, e será encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa para apreciação e aprovação. Somente depois serão coletados dados das comunidades quilombolas, mantendo respeito e sigilo das informações coletadas garantindo o anonimato dos envolvidos, cumprindo as exigências do Conselho Nacional presentes na resolução 196/96, a qual normativa pesquisas envolvendo seres humanos.

Serão excluídas da pesquisa correspondente à primeira etapa deste projeto, aquelas famílias que não concordassem, por qualquer motivo, em serem entrevistadas, ou que não assinem o termo de consentimento livre e informado (APÊNDICE 1)

7 ANÁLISE DE VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

7.1 Descrição e Cálculo dos recursos

7.1.1 Recursos humanos

Para o desenvolvimento do presente projeto será necessário o envolvimento de pelo menos 5 nutricionistas, motoristas e o envolvimento de lideranças comunitárias em cada uma das comunidades.

7.1.2 Recursos Materiais

Para o desenvolvimento das atividades educativas será necessário o uso de materiais de expediente (papéis diversos, cartolinas, canetas hidrocor, lápis, borrachas, canetas, fitas adesivas, dentre outros), alimentos para oficinas práticas, utensílios para cozinha.

Para dar subsídio à confecção de materiais educativos, execução de planejamento, produção de relatórios e outras atividades de gestão, será necessário a montagem e manutenção de um posto de trabalho com computador, impressora, *scanner*, telefone, fax, conexão à Internet e demais equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades dos profissionais responsáveis.

7.2 Cálculo dos Obstáculos prováveis

Como o trabalho será desenvolvido a maior parte do tempo *in locu*, terá como um grande obstáculo a pouca infra-estrutura que muitas das comunidades possuem, como ausência de energia elétrica, ausência de local para hospedagem dos facilitadores das atividades do projeto, falta de um local adequado para o desenvolvimento das atividades educativas, distância das comunidades à capital do estado (posto de trabalho dos facilitadores), dentre outros que possam surgir.

7.3 Descrição dos elementos favoráveis

Apesar das dificuldades destacadas, um elemento favorável ao bom desenvolvimento do projeto, é a mobilidade e a disponibilidade da equipe de trabalho, uma vez que deslocar os atores seria uma tarefa muito mais complicada.

Outro elemento favorável à execução do projeto é o baixo custo do mesmo, uma vez que dispensa o uso de tecnologias pesadas.

8 CRONOGRAMA

O Cronograma apresentado no Quadro 3 se refere ao que acontecerá em cada uma das comunidades quilombolas. Elas estarão ocorrendo simultaneamente em 5 comunidades.

Quadro 3 Cronograma de execução das atividades

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4
Diagnóstico das condições de Segurança Alimentar e nutricional das Comunidades	X			
Apresentação dos dados encontrados e Oficina de Planejamento das atividades educativas junto à comunidade.		X		
Oficina Educativa 1			X	
Oficina Educativa 2			X	
Oficina Educativa 3				X
Oficina Educativa 4				X

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I.; ROCHA, L.A. **Prioridade para a agricultura familiar: Por que é tão difícil?** In: BOTELHO FILHO, F.B. (org). Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Cadernos do CEAM, v. 5, n. 17, p. 99-115, 2005.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MÔLINA, M.C. **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004. 214 p.

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. Nutritional transition in Brazil: geographic and temporal trends. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19 n. 1. p. S181-S191, 2003.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação Nutricional: Por que e para quê?**. Campinas: Jornal da Unicamp. 2004. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju260pag02.pdf>. Acesso em: 10/02/07.

BRASIL. **Orientação da educação alimentar.** Brasília: MTE, SIT, DSST, 1999. 31p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. – Ed. Atualizada em 2000. Brasília: 2000. 370p.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. **Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional.** Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.

BRASIL. Resumo Executivo. **Chamada Nutricional Quilombola 2006.** Brasília: 2007.

CANESQUI, A. M. **Comida de pobre, comida de rico: um estudo sobre alimentação em um bairro popular.** Tese de Doutorado, Campinas: Faculdade de Ciências Médicas: Universidade Estadual de Campinas. 1976 *apud* Esteves, T.V. **Organização social e estratégias de sobrevivência em acampamento do movimento sem terra (MST), no Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. 2002. 127 p.

CEDEFES. **Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva.** [acessado em 05 Jan 2008]. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=3&tema=31&materia=4233>

CGPAN/DAB/SAS - Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e

Nutrição. **Diagnostico de saúde e nutrição da população do campo: levantamento de dados e proposta de ação.** 2004. 34 p.

DESLANDES, S.F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M.S.C. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Apud SIQUEIRA, T.C.A. **Da gestação ao resguardo:** A fala social dos agentes de saúde de um Assentamento do MST em Alagoas, Nordeste do Brasil. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. 2003. 145 p.

ESTEVES, T. V. **Organização social e estratégias de sobrevivência em acampamento do movimento sem terra (MST), no Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. 2002. 127 p.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. [acessado em 20 Dez 2007]. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>

LEVY-COSTA, R.B. *et al.* Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1992. 263p.

LINHARES, M. Y. L., SILVA, F. C. T. História **Política do Abastecimento** (1918-1974). Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979. 249p.

MARTINS, J.S. Os **Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986. 232p.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **A tradição pedagógica brasileira.** Apud MEC (org.) **Parâmetros Curriculares Nacionais**, p. 30-33, Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec – Abrasco, 1992. 269p. Apud COSTA, N.M.S.C. **A formação e as práticas educativas de professores de medicina:** uma abordagem etnográfica. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo. 2005.

MIRANDA, G.B.S. **O Programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da Folha de São Paulo.** Niterói, 2005. 93 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) Universidade Federal Fluminense, 2005.

OLIVEIRA, Ronaldo Coimbra. A transição nutricional no contexto da transição demográfica e epidemiológica. **Rev. Mineira de Saúde pública.**, Belo horizonte, n.5, p.16-23, 2004.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. O *fast food* e a mundialização do gosto. **Rev. Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v 5, p 21-45, 1997.

PEDROSA, J. I. S. Educação Popular no Ministério da Saúde: identificando espaços e referências. p. 13-17. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**, 2007. 160p.

PEREIRA, A.L.F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1527-1534, 2003.

POPKIN, B.M. The nutrition transition in low-income countries: an emergin crisis. Presented at the diet and chronic diseases in countries en socio economic transition. **Exper Biol Confer.** p.24-8.1994.

SANTOS, L. A. S. Food and nutrition education in the context of promoting healthy food practices. **Rev. Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, 2005.

SERRA, C.A.T. **Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil**. Alceu, v. 4, n. 7, p. 231-248, 2003.

SCHIERI, R. **Consumo de Alimentos e Hábitos Relacionados ao consumo**. In: SCHIERI, R. (org). Epidemiologia da Obesidade. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. 140p.

SILVA, J.G. **Velhos e Novos Mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, v.15, n. 43, p. 37-50, 2001.

STÉDILE, J.P. **Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997. 71 p.

TARDIDO, Ana Paula; FALCÃO, Mário Cícero. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. **Rev Brasileira de Nutrição Clínica**, v 21(2):117-24, 2006;

TOCANTINS. **Relatório do diagnóstico sócio-econômico-cultural das Comunidades Quilombolas do estado do Tocantins**. Palmas: 2007.

VALENTE, F.L.S. **O direito à alimentação**. p.51-108. In: LIMA JR; ZETTERSTROM, L. (org.). **Extrema Pobreza no Brasil**: a situação do direito à alimentação e moradia adequada. São Paulo: Loyola, 2002. 253 p.

VALLA, V. V, GUIMARÃES, M. B., LACERDA, A. **Construindo a resposta à proposta de educação e saúde**. p. 58-66. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**, 2007. 160p.

VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde**. p. 18-29. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**, 2007. 160p.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório Final**. Brasília. 114p. 1978. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie20empdf.pdf>>. Acesso em: 10/ 02/07.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Eu, _____, abaixo assinado e portador do documento de identidade nº _____, aceito livremente participar do projeto “EDUCAÇÃO POPULAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS”, sob a responsabilidade da nutricionista Juliana Ramos Bruno.

Propósito do Estudo: O estudo tem por objetivo conhecer a situação de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias residentes nas Comunidades Quilombolas do Estado do Tocantins, para dar subsídio ao desenvolvimento de atividades educativas na Comunidade.

Participação: Uma vez aceita minha participação, serão coletados dados referentes a minha vida e a de minha família (idade, gênero, escolaridade, trabalho, saúde e alimentação), e também ao meu local de moradia, através de entrevista procedida pelos pesquisadores.

Riscos: A participação neste estudo não oferece qualquer tipo de risco à minha pessoa ou à minha família.

Benefícios: As informações obtidas com este estudo poderão ser de grande utilidade científica e também de utilidade para a minha comunidade.

Privacidade: Qualquer informação obtida nesta investigação será confidencial e só será revelada com a minha permissão. Os dados individuais obtidos nesta pesquisa não serão fornecidos a ninguém. Os dados científicos e as informações resultantes do estudo poderão ser apresentados em congressos e publicados em revistas científicas sem a identificação dos participantes. Minha participação é voluntária sendo que a qualquer momento posso desistir de participar do estudo por qualquer motivo. A qualquer momento posso contatar o responsável pelo estudo para maiores esclarecimentos sobre minha participação no mesmo e informações decorrentes dela.

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelos pesquisadores sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de minha participação.

Qualquer dúvida poderei ligar para a pesquisadora Juliana Ramos Bruno no telefone (63) 3218-5440 e também para o Comitê de Ética em Pesquisa da Ulbra (63) 3219-8000

Assinatura do participante do estudo

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar:

Assinatura da testemunha

Assinatura da testemunha

Nome: _____

Nome: _____

OBS: **Impressão Dactiloscópica**, no caso do participante ser impossibilitado de assinar.

Juliana Ramos Bruno/ Nutricionista

Local: _____ Data: _____/_____/2008

APÊNDICE II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS RESIDENTES

Questionário (número da família): _____ COMUNIDADE: _____

Nome: _____

1- Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a relação entre sua família e a comunidade quilombola:

- Você e sua família possui antepassados que foram antigos escravizados?
- O que esperam conquistar com o reconhecimento da Comunidade como sendo de Remanescentes de Quilombolas?
- Na sua opinião o que é ser um quilombola?
- Quais são as maiores dificuldades em ser participante desta comunidade?
- Qual a infra-estrutura básica que a comunidade possui?
() Coleta de Lixo () Esgoto sanitário () Abastecimento de água tratada
() Acesso ao serviço básico de saúde () Escola pública até ____ série

2- Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a sua família e o trabalho:

- Todas as pessoas da sua família moram na comunidade?
- Por quê?
- Os membros de sua família desenvolvem algum trabalho atualmente na comunidade? (Agrícola ou não)?
- E fora da comunidade? Por quanto tempo? Por que optou por trabalhar fora da comunidade?
- Que outros trabalhos o(a) senhor(a) e as outras pessoas de sua família já tiveram e por quanto tempo?
- É plantado alguma coisa aqui na comunidade? Qual o destino?

Gêneros Alimentícios	Venda (exclusivo)	Consumo Familiar (exclusivo)	Consumo Familiar e Venda

3- Agora eu vou fazer algumas perguntas sobre a alimentação da sua família.

- De onde vêm os alimentos consumidos pela sua família?

Gêneros Alimentícios	Compra	Troca

- Quanto gasta na alimentação da sua família: _____
 Nada Pouco Metade Muito Toda
- Isso (o valor) é quanto do total da renda familiar: _____
- Quanto é a renda familiar: _____
- Sua família se organiza com outros membros da comunidade para tentar conseguir alimentos? Como?
- Como são distribuídos os alimentos que o coletivo consegue?
- A maior parte dos alimentos usados pela sua família são conseguidos pelo coletivo ou pelo(a) senhor(a) e sua família?
- A quantidade de alimentos é suficiente para satisfazer a toda família?
 Sim Não, Por quê ? O que falta ?

4 - Agora eu vou querer saber o seu pensamento sobre saúde, alimentação e trabalho.

- Existe algum problema de saúde na família? Qual?
- O (a) senhor(a) acha que tem alguma relação entre o seu trabalho e a sua saúde? Qual?
- O que é feito (ou se poderia fazer) na comunidade, para se ter boa saúde?
- O (a) senhor(a) acha que a sua alimentação faz bem? Por que?
- O (a) senhor(a) acha que tem alguma relação entre a sua alimentação e a sua saúde? Qual?
- E entre sua alimentação e o seu trabalho? Por que?

- O senhor(a) percebe se houve alguma modificação na alimentação da sua família após o reconhecimento da Comunidade pelo Governo Federal? Como foi essa modificação?
- A sua família preserva alguma tradição alimentar dos antigos escravizados?